

A gestão democrática como ponto de partida na formação de eco-educadores para territórios sustentáveis

Maria das Graças Ferreira Lobino¹

Resumo: Trata-se de uma pesquisa a partir do projeto “O movimento instituinte na reconstrução do espaço vivido como direito cidadão”, concebido à luz do Programa Nacional de Formação de Educadores Ambientais-PROFEA/MEC/MMA cujos pressupostos são: o enfoque democrático e participativo, o ato educativo como processual contínuo e permanente e a concepção de ambiente como totalidade. Estes princípios são sustentados por autores como: Gramsci, Paro, Freire, Loureiro, Oliveira e outros. Esta pesquisa analisou as possibilidades e limites da implementação da formação de eco-educadores no contexto da gestão democrática a partir da comunidade escolar e local. Os sujeitos da pesquisa foram os conselheiros de doze escolas do Sistema Municipal de Vitória/ES inseridas no referido projeto. A metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa com ênfase na pesquisa-ação por permitir acionar e potencializar mecanismos de participação para além da escola onde pode coexistir teoria e prática na ação educativa. Segundo alguns autores, as transformações sócio-culturais ocorridas no último século, aceleradas pelo avanço científico e tecnológico sob a égide da globalização econômica, potencializaram processos simultâneos de depredação ambiental e de exclusão social. Neste cenário, urge a necessidade de reconstrução de um novo projeto societário e, conseqüentemente, um novo projeto educativo. Desta forma, esta pesquisa apontou para a necessidade de redimensionar a educação formal com ênfase no território onde a escola se situa numa concepção de Educação Ambiental crítica, interdisciplinar e transformadora como eixo estruturante do projeto político pedagógico. Os resultados preliminares indicam que este processo exige a desinstalação de “lugares” para negociação de saberes/fazeres historicamente demarcados onde o fazer solitário docente possa se articular na dimensão ampla do fazer educativo, para além dos muros da escola na perspectiva da construção de uma cidade que se educa para a sustentabilidade.

Palavras-chave: Gestão democrática, Comunidade local e escolar, Educação sócio-ambiental.

1. Doutoranda Universidad Autónoma de Asunción. Docente UNIASSELVI/EAD e FAESA/ES.
E-mail: mgflobino@yahoo.com.br
Recepción: 06/7/2010, Aprobación: 31/08/2010.

Resumen: *Se trata de un proyecto de investigación del “Movimiento instituyente en la reconstrucción del espacio vivido como derecho ciudadano”, concebido a la luz del Programa Nacional de Formación de Educadores Ambientales PROFEA/ MEC/MMA cuyos supuestos son: el enfoque democrático y participativo, el acto educativo como un diseño continuo y permanente de procedimiento y la concepción de ambiente como totalidad. Estos principios se apoyan en autores como Gramsci, Paro, Freire, Loureiro y otros. Esta investigación analiza las posibilidades y límites de la aplicación de la formación de eco-educadores en el contexto de la gestión democrática a partir de la comunidad local y escolar. Los sujetos de la investigación fueron los consejeros de doce escuelas del Sistema Municipal de Enseñanza de Vitória/ES incertadas en el referido proyecto. La metodología utilizada fue la investigación cualitativa con énfasis en la investigación-acción, permitiendo activar y mejorar los mecanismos de participación más allá de la escuela donde puedan coexistir teoría y práctica en la acción educativa. Según algunos autores, los cambios socio-culturales en último siglo, acelerados por el avances científicos y tecnológicos en el marco de la globalización económica, potencializaron procesos simultáneos de depredación ambiental y exclusión social. En este escenario, hay una necesidad urgente para la reconstrucción de un nuevo proyecto societario y, en consecuencia, un nuevo proyecto educativo. Así, esta investigación apuntó hacia la necesidad de redimensionar la educación formal a partir de la Educación Ambiental crítica, interdisciplinaria y transformadora como eje estructurador en el proyecto político pedagógico. Los resultados preliminares indican que este proceso requiere la desinstalación de los "lugares" para la negociación de saber/hacer históricamente marcado, donde el maestro solo puede hacer para articular la dimensión amplia de quehacer educativo, más allá de los muros de la escuela con el fin de construir una ciudad que educa para la sustentabilidad.*

Palabras clave: *Gestión democrática, Comunidad local y escolar, Educación socio-ambiental.*

INTRODUÇÃO

O trabalho em epígrafe baseia-se na tese de doutorado (Lobino, 2010) A gestão democrática como ponto de partida para a formação de eco-educadores para sociedades sustentáveis. Nela a autora analisa as relações instituinte/instituído com base no princípio constitucional da gestão democrática com a intencionalidade de ampliar a discussão dos limites e das possibilidades na implementação da formação de eco-

educadores² a partir de um projeto intitulado “O movimento instituinte na reconstrução do espaço vivido como direito cidadão” desenvolvido na cidade de Vitória/ES/ Brasil.

Inicialmente a temática é situada e a seguir descreve-se a metodologia utilizada no trabalho trazendo ao final produções inovadoras de conhecimento e algumas recomendações do projeto de intervenção da pesquisa na complexa formação de eco-educadores neste início do século XXI. É importante ressaltar que o trabalho em tela está vinculado ao Programa Nacional de Educação Ambiental/PROFEA, numa articulação entre os Ministérios da Educação e do Meio Ambiente através da Política Nacional de Educação Ambiental/PNEA.

As transformações sócio-culturais ocorridas no último século, aceleradas pelo avanço científico e tecnológico sob a égide da globalização econômica, segundo alguns autores, tem potencializado processos simultâneos de depredação ambiental e de exclusão social. Neste contexto, um dos maiores desafios da educação contemporânea é desenvolver valores sócio-culturais para que os homens convivam melhor consigo, entre si e com o ambiente reconstruído historicamente em demandas na produção de bens materiais e simbólicos.

Neste cenário, urge a necessidade de reconstrução de um novo projeto societário e, conseqüentemente, um novo projeto educativo que comporte simultaneamente a auto, a hetero e a ecoformação. Gaston Pineau (2005) quando discute o conceito de autoformação e sua relação com a transdisciplinaridade nos ensina que:

(...) a autoformação não é solo-formação nem a ego-formação. A exploração de atividades formadoras próprias

2. Eco-educador é um neologismo para designar o termo eco-professor utilizado por Lobino (2002), como aquele que pensa globalmente e age localmente, além de ser um intelectual orgânico a serviço da vida.

dos sujeitos que traz o prefixo “auto” não tem sido possível senão ligando-o a indicadores de outros pólos de formação: hetero e eco, o primeiro, os que representam o pólo social; eco – que quer dar conta da influência formadora ou deformadora do meio ambiente material não humano; trans - enfim, que quer aproximar as transações unificadoras e transformadoras entre, com e além desses três pólos.

Nesta linha, na década de 1990, em Vitória/ES, a comunidade escolar e local, discutiu e propôs coletivamente o anteprojeto de lei sobre a Gestão Democrática que legitimou a lei 3776/92, portanto antes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996. Esta iniciativa conferiu destaque ao município de Vitória e a outras 14 cidades de pequeno, médio e grande porte. Esses municípios possuíam modelos a cidade, através de sua representatividade, fazendo dela uma cidade que educa para a sustentabilidade.

1. GESTÃO DEMOCRÁTICA COMO ETHOS PARA UMA EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA E TRANSFORMADORA

Os Conselhos se constituem como uma dinâmica dialética instituída e instituinte, com uma estrutura oculta e ocultante, inscrita na diferenciados de gestão do sistema escolar e interação com o meio social, capacidade de organização escolar e gestão pedagógica voltadas para a melhoria da qualidade de ensino e **qualidade de vida**. (MEC/UNICEF/CENPEC, 1993). (grifo nosso).

Para além dos conselhos locais de escola e de saúde, o município possui em sua estrutura 27 Conselhos. Em todos eles comparece a sociedade civil organizada. É neste espaço que

comparece o Conselho Popular de Vitória/CPV representando as Associações de Moradores em todos os conselhos da cidade. Ainda que formalmente haja participação popular, não obstante há contradições e desafios que ainda necessitam ser urgentemente superados, dentre os quais se destaca a efetiva participação popular. Nesta perspectiva, observa-se extrema necessidade de uma eco-formação para que os atores sociais - imprescindíveis na agenda democrática estejam aptos a exercerem seu direito cidadão na/com temporalidade e socialmente sancionada:

(...) ela é simultaneamente a resultante global e o âmbito específico, quase sempre materializado e espacializado do estado sempre dialético das relações de força entre grupos sociais que se afrontam, no espaço e nos tempos históricos considerados, nos três níveis estreitamente imbricados: econômico, ideológico e político. (BARBIER, 1987: p.72).

A participação da comunidade local na democratização da gestão escolar se constitui como um espaço profícuo para discutir e vivenciar as possibilidades de democracia a partir de uma Educação Ambiental crítica e transformadora, conforme as diretrizes contidas na Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA (Brasil, 1999 e 2002) e no Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA (Brasil, 2005), e com uma histórica identidade crítica e popular da área no Brasil e na América Latina (Loureiro, 2009 e 2007)

A PNEA esboça uma educação que se afirma como um instrumento mediador de interesses e conflitos entre atores sociais que agem e usam o ambiente, se apropriando dos recursos naturais de modo diferenciados, em condições materiais

desiguais e em contextos culturais, simbólicos e ideológicos específicos. Desta forma afirma Quintas que, (2002 a):

(...) o diálogo e a participação no processo educativo, (...) são cruciais para a democratização da sociedade. (...) e se constroem não entre sujeitos abstratos, mas sim entre sujeitos concretos, situados socialmente. Desta forma, dialogar sem explicitar diferenças e conflitos estruturais significa escamotear o autoritarismo inerente às concepções que querem afirmar a verdade científica e técnica como superiores, ignorando outros saberes.

Nesse aspecto, entendemos que os conselhos escolares são espaços potenciais na promoção da gestão democrática, isso se articulado a um conhecimento inter/transdisciplinar a ser construído pelo enfrentamento democrático das idéias. Conhecimento que problematize e aguce a curiosidade e o interesse dos diferentes sujeitos, tornando-o mais legítimo e representativo das necessidades reais do ambiente em suas inter-relações e complexidades.

A gestão democrática se constitui como um dos princípios mais substantivos da Educação Nacional. Este princípio se alicerça em dois pilares, conforme o art.14 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, cuja transcrição *in totum* estabelece: Os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público, na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I - participação dos profissionais de educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Observa-se neste instrumento legal que a descentralização e a democratização estão a floradas em dois aspectos: no inciso I, quando é estabelecida a responsabilidade do Projeto Político Pedagógico, como instrumento de cidadania, aos profissionais de educação no

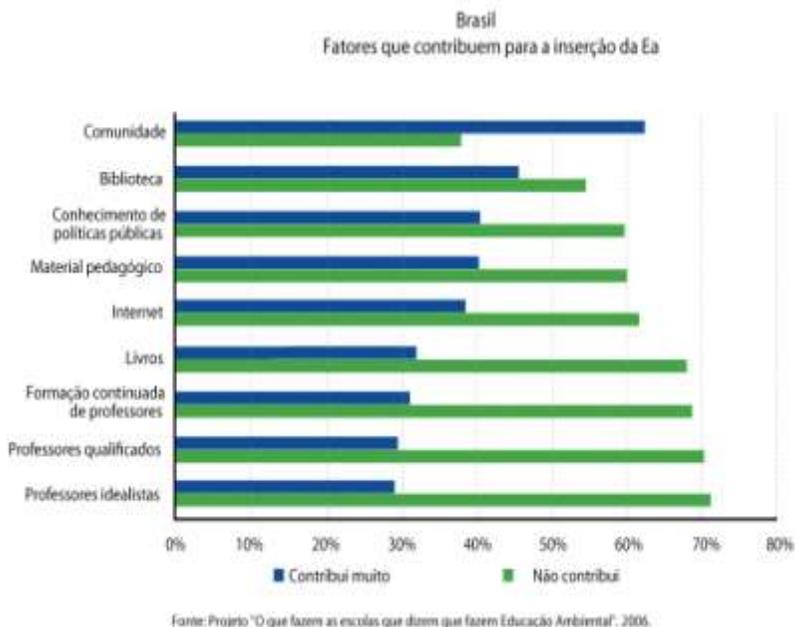
âmbito local, inferindo, portanto, uma possibilidade embrionária no resgate do protagonismo docente. No inciso II, a democratização inova na direção de uma efetiva participação da comunidade escolar e local na gestão da escola como espaço público de direito, trazendo a diversidade de saberes para protagonizar o processo da gestão democrática. (Lobino, 2007).

Nessa perspectiva, a escola não se constitui como o único, mas um locus importante do território para a consolidação da democracia como valor em que a participação é o paradigma dessa prática social. Os conselheiros locais se constituem como agentes da participação social através da Educação Ambiental Não Formal transcrita do art.13, lei 9597 de 1999, como: (...) “Entendem-se por educação ambiental não-formal as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente”.

Desde 1988, estabelece-se constitucionalmente em nosso país que um dos princípios que devem reger a educação nacional é a democratização do espaço público. Entretanto, observa-se que as instituições públicas de ensino, via de regra, são refratárias à participação da comunidade local. Esta hipótese é corroborada pela pesquisa em âmbito nacional, promovida pelo MEC/INEP, em 2006, intitulada: “O que fazem as escolas que dizem que fazem Educação Ambiental?” Os resultados trazem indicadores da pouca participação da comunidade na gestão das escolas brasileiras.

Dentre os itens constantes neste instrumento da pesquisa configura-se a seguinte questão: o que motiva o desenvolvimento da Educação Ambiental nas escolas? problemas ambientais na comunidade aparece em 3º lugar. Por outro lado, a mesma pesquisa mostra que as escolas ao responderem sobre a contribuição da comunidade nos projetos

de Educação Ambiental, 62% dos respondentes não atribui importância à participação da comunidade, conforme o gráfico a abaixo.



Comparando os dados constata-se uma enorme contradição entre as respostas. Esse fato instiga a uma investigação sobre as relações escola/comunidade local na gestão da escola pública. Considerando que, sob a égide do discurso oficial da democratização nas últimas décadas, e que para além dele, os movimentos sociais vêm envidando esforços no sentido de que os cidadãos participem no controle social das políticas públicas, autores como Paro (1997, pp.107-109, 2001, pp.79-89) sinaliza em suas pesquisas sobre participação da comunidade local ou externa, a urgência do envolvimento da comunidade externa à

escola - em especial de pais ou responsáveis - na gestão. No mesmo passo, pesquisadores como Morin (2000), Layrargues (2004), Loureiro (2004, 2009), dentre outros, indicam que EA transcende os aspectos da ecologia para orbitar na esfera político-econômica devido à complexidade da questão ambiental. Desta forma, as pesquisas supracitadas, indicam a urgência da criação de mecanismos que fortaleçam formas organizativas e a formação a partir da comunidade local.

Nesta perspectiva, a lei 9597 de 1999, em seu Art.11, estabelece que “a dimensão ambiental³ deve constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas. Por outro lado, no Brasil, constata-se que as pedagogias liberais nomeadas por Saviani (1987) , como a tradicional, a escolanovista e a tecnicista não dão conta da complexidade sócio-ambiental, das relações predatórias e excludentes dominadas pela globalização da economia, das comunicações, da massificação cultural e conseqüentemente da educação. As mudanças requerem uma prática pedagógica na perspectiva histórico/ crítica.

A partir do exposto, essa pesquisa objetivou analisar as possibilidades e limites da implementação da formação de eco-educadores para territórios sustentáveis a partir da gestão democrática. Desse modo, indica que os conselhos de escola nos parecem um campo fértil para a promoção de comunidades sustentáveis, portanto, definiu-se como objetivo geral desta investigação analisar as possibilidades e os limites de se implementar a formação de eco-educadores no contexto da gestão democrática, a partir da comunidade escolar e local, bem

3. É entendido como um grupo articulado de Pessoas que Aprendem Participando denominado grupo PAP, orientado pela metodologia d pesquisa-ação participante. (PROFEA/MEC/MMA, 2006).

como analisar o projeto Coletivo Educador Ambiental⁴ como eixo articulador de políticas públicas na base do território vivido através da Educação Ambiental.

2. MÉTODOS E ABORDAGENS

Do total das 96 escolas do Sistema Municipal Ensino de Vitória, foram selecionadas doze escolas. Os sujeitos da pesquisa foram trinta conselheiros das escolas referenciadas, abrangendo os segmentos do magistério, da comunidade local e o presidente do conselho. A intervenção da pesquisa-ação ocorreu durante a Ação Educativa no projeto piloto do Coletivo Educador Ambiental de Vitória/COLEDUC do qual participavam as referidas escolas.

Foram utilizados na análise e coleta de dados: entrevistas semi-estruturadas, análise documental e observação participante.

Mediante o problema e o objeto da investigação opta-se pela metodologia da pesquisa-ação que articula, radicalmente três dimensões: a) a produção de conhecimento, b) a participação dos envolvidos, e c) a ação educativa, segundo Barbier (1987) e Tozoni-Reis (2007).

A dimensão “produção do conhecimento” tem a perspectiva da metodologia do “fazer com” e não o “fazer para” que se constitui como um dos maiores desafios da pesquisa-ação-participante. Adotou-se a metodologia Pessoas que Aprendem Participando/PAP⁵ que alicerça o Programa Nacional de

4. Coletivo Educador Ambiental de Vitória –COLEDUC é um projeto de iniciativa da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental –CIEA/ES através da FAMOPES/ES, representada na capital pelo Conselho Popular de Vitória/CPV que é o proponente oficial do projeto ‘Movimento instituinte na reconstrução do espaço vivido como direito cidadão’, inscrito na Chamada Pública 01/2006/DEA/MMA.

5. PAP Segundo o Programa Nacional de Formação de Educadores Ambientais/PROFEA, os PAPI são constituído pelo Órgão Gestor Nacional Ministérios do Meio Ambiente e Educação;

Educadores Ambientais – PROFEA, segundo o documento orientador do Programa “Mapeamento para Potenciais Coletivos Educadores para Territórios Sustentáveis”.

A dimensão da “participação dos envolvidos” ocorreu durante a implementação do projeto piloto. Neste percurso formativo foram realizadas 55 horas de oficinas teórico/práticas interligando simbioticamente conhecimento científico e entretenimento formando a *Rota do Edutainment*⁶. Este circuito inicia-se com as oficinas “O Sol nosso de cada dia; Terra: nossa morada no espaço, da Terra ao território vivido”, realizadas no Planetário de Vitória; “Um olhar sobre e com a cidade” no Parque Estadual da Fonte Grande; “O manguezal sob a ótica de quem sobre-vive deste ecossistema” mediado pela União de Catadores de Caranguejos; “Plantas Medicinais: do resgate cultural à saúde ambiental” mediados pelo Programa de Fitoterapia da Secretaria Municipal de Saúde e Educação; “Do lúdico à lógica: física na praça” realizada na Praça da Ciência e a última oficina o VER@CIDADE: tecnologia como instrumento da cidadania sócio-ambiental trazendo o território vivido para a dimensão virtual.

A utilização dos Espaços não Formais como os Centros de Educação Ambiental/CEAS, museus, praças e escolas: da Ciência, Física, História e Biologia, Planetário, telecentros, associações científicas e culturais como a União dos Catadores de Caranguejos e outras trazem a dimensão do uso desses

PAP2 Conselho Popular de Vitória/CPV, a Associação de Pais de Alunos/ASSOPAES e as Secretarias Municipais; PAP 3 – os conselheiros locais e PAP 4 – a comunidade local.

6. *Rota do Edutainment* ” é um circuito do conhecimento localmente focalizado, ligado e sustentado pela ciência básica e pela tecnologia aplicada, bem como articulado com o mundo a sua volta. A palavra *edutainment* vem da junção, na língua inglesa, de *education* (educação) e *entertainment* (entretenimento), ainda sem correspondente em português. Portanto, são espaços que precisam ser conhecidos, reconhecidos, apropriados e “cuidados” como espaços públicos de direito pelos conselheiros que em tese, representam a comunidade nos diferentes fóruns deliberativos da cidade.

espaços públicos como espaços educadores. Espaços educadores no sentido de que são capazes de demonstrar alternativas viáveis para a sustentabilidade, estimulando as pessoas a desejarem realizar ações conjuntas em prol da coletividade e reconheceram a necessidade de se educarem nesse sentido segundo o Programa Municípios Educadores Sustentáveis (MMA, 2006).

Essa ação se caracterizou por observar e avaliar o formato proposto para um enraizamento em todo o território, podendo inclusive haver reformulações de hipóteses, de conceitos e mesmo de teorias e abstrações. Para tanto, a identificação e o reconhecimento do território vivido pelos agentes sociais – conselheiros eleitos pelos pares - são de fundamental importância como primeiro passo para o desenvolvimento do projeto local.

A dimensão da “ação educativa” permeia todo o processo indicando que a metodologia utilizada não é simplesmente um passeio ou uma visita técnica. Perceberam-se, através das observações *in loco*, os diferentes olhares para além do ambiental/ecológico, ou seja, na perspectiva de situar o território vivido no contexto geopolítico, histórico-cultural e sócio-ambiental como totalidade.

3. RESULTADOS PARCIAIS: PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

Sem desconsiderar os relatos orais e escritos, destacam-se duas produções da comunidade local e uma interface com a comunidade acadêmico-científica.

a) “Relato de Bordo”- elaborado por uma conselheira durante o percurso formativo do projeto piloto. Este texto foi publicado no

COLECIONA Volume V/2009- P.17, com o título “Movimento instituinte na reconstrução do espaço vivido como direito cidadão”. COLECIONA: Fichário d@Educador Ambiental. É um periódico eletrônico bimestral, especializado em informações sobre Educação Ambiental e Educomunicação do Ministério do Meio Ambiente.

b) Participação no currículo escolar: registra-se durante o projeto piloto, o protagonismo de uma conselheira da comunidade local de uma Escola Municipal de Ensino Fundamental. Esta escola toma este saber como ponto de partida em uma reunião para discutir o Projeto político Pedagógico/PPP. A centralidade da discussão coletiva foi um terrário (artefato de um modelo da Terra) construído durante o processo entre as oficinas sobre o Sol e a Terra objetivando a dialetização local/global/local. Este artefato pedagógico nos convoca a construir outro modo de ensinar-aprender que supere a apreensão fragmentada da realidade. Além disso, sua construção teve o intuito de estabelecer as inter-relações que ocorrem em um ecossistema (biótico e abiótico), bem como o que ocorre com a intervenção antrópica, portanto cultural. A experiência foi transposta e apropriada pela escola para discussão do seu currículo via Projeto Político-Pedagógico da escola.

Nessa experiência, o ato pedagógico se torna um exercício da práxis explicitando as contradições do atual modelo e buscando a superação da contradição educador-educando, de tal maneira que ambos, simultaneamente, educadores e educandos superem a ‘visão bancária de educação, que considera o educando um ser desprovido de saberes e o educador, único detentor de conhecimento, conforme alertava Freire (1974). Neste contexto complexo, os educadores formais precisam se articular com os educadores da comunidade, se constituindo na relação como eco-educadores.

Nesta escola a educação não formal (comunidade) fertilizou e ampliou o debate sobre a possibilidade da EA se constituir como eixo estruturante do currículo em processos de articulação entre democratização de saberes empíricos e científicos.

c) Na inter-relação com a comunidade acadêmica, o registro fica por conta do Relato de Experiência protagonizado por duas conselheiras no III Congresso Capixaba de Formação e Atuação do Psicólogo: Éticas & Cívidanias, em setembro de 2008 na Universidade Federal do Espírito Santo/UFES, bem como na apresentação e publicação coletiva do Projeto Piloto COLEDUC nos Anais da ANPAE de 2008, por ocasião do VII Seminário Regional Sudeste e VII Encontro Estadual do Espírito Santo, intitulado “Movimento instituinte na reconstrução do espaço vivido como direito cidadão”. Esta ação oportunizou a convergência de saberes traduzida neste processo afirmando que existem muitas formas válidas de conhecimento.

Desse modo, preconiza-se, portanto, projetos que venham revalorizar os conhecimentos e práticas sociais não hegemônicas. Há nessa experiência, grandes possibilidades de fundamentar soluções para a sociedade contemporânea através do desvelamento de utopias, historicamente silenciadas. Esse momento pode ser configurado como a coexistência de um velho paradigma hegemônico e de um novo paradigma, constituindo-se uma nova cultura. Essa não é uma proposta ingênua como assevera Reigota, (1994, p. 63): (...) ela é apenas um dos elementos essenciais para o desenvolvimento de uma sociedade que considera a importância da distribuição das riquezas e do bem comum, da equidade e da justiça como princípios básicos que poderão garantir a sustentabilidade do planeta.

Por outro lado, isso implica o rompimento com posições cristalizadas, em relação aos aspectos epistemológicos e metodológicos, além de exigir radicais mudanças no processo

formativo.

4. Á GUIA DE CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

A relevância deste estudo residiu no fato de se constatar que historicamente os valores veiculados pela educação formal, às vezes, tem reforçado práticas sócio-culturais que contribuem para legitimar certos saberes e excluir outros, promovendo, de forma indireta, a dicotomia entre natureza e sociedade. No mesmo passo, tais pressupostos contribuem para fortalecer práticas sociais individualistas e competitivas. Esta constatação levou a pesquisadora a perceber o problema aqui apresentado que é o fato de que muitos espaços públicos ainda não terem descoberto a *res-pública*. Ou seja, pratica-se o velho patrimonialismo de Estado, no qual certos agentes públicos, invariavelmente, comportam-se como se fossem verdadeiros proprietários destes espaços, dificultando dessa forma, a participação dos sujeitos de direito na apropriação destes locais e conseqüentemente o acesso aos direitos básicos do cidadão.

Após quase duas décadas de institucionalização da gestão democrática na cidade, foi constatado que em 75 % do universo pesquisado, os presidentes dos conselhos de escola pertencem aos segmentos de magistério e/ou são os próprios diretores. Este dado remete a uma cultura de não apropriação do espaço público como direito, reafirmando uma prática patrimonialista do espaço público - entraves importantes para uma prática democrática e participativa, considerando que segundo a legislação municipal qualquer segmento do conselho de escola pode ser presidente do mesmo.

As entrevistas ainda indicaram que nas análises das respostas de percepção dos conselheiros locais (pais e comunidades) sobre

Educação Ambiental e Cidadania há prevalência de uma concepção de ambiente como totalidade, enquanto nos educadores formais/especialistas e gestores entrevistados, esta concepção é mais restrita ao ambiente natural. Estas concepções marcam historicamente e definem a organização e a gestão escolar dificultando a implementação da política de Educação Ambiental interdisciplinar e transformadora no cotidiano das escolas corroborada pela pesquisa INEP/MEC (2007).

A ação educativa como componente da pesquisa-ação no projeto piloto, apontou para a necessidade de utilização dos Espaços Não Formais da cidade de forma mais sistemática pelas instituições de ensino: escolas de Educação Básica e instituições formadoras de professores. Esta proposta foi sinalizada por conta da realização das oficinas durante a ação educativa no projeto de intervenção em diferentes espaços públicos da cidade. A estratégia pedagógica em articular a temática Sol-Terra-Território dialetizando ciências naturais/ sociais na EA possibilitou o reconhecimento e a possibilidade destes se tornarem efetivamente espaços públicos de direito, potencializando-os como Espaços Educadores na formação de eco-educadores formais e não formais.

A observação de toda a cidade e sua relação com a região metropolitana, vista do alto do Parque da Fonte Grande, suas belezas naturais em meio às contradições sociais permitiu aos participantes uma visão ampliada da cidade. Na sequência a oficina mediada pela União de Catadores de Caranguejo, mostrou o que significa “viver do mangue”, conferiu e indicou caminhos para utilização mais sistemática desses espaços em sinergia com as escolas, promovendo através da transversalidade, novas possibilidades de organização curricular para que a curiosidade das crianças seja potencializada para

apropriação da ciência e tecnologia como instrumento de cidadania.

Nas diferentes ações vivenciadas e observadas durante a realização das oficinas no piloto constatou-se, ainda, que a aquisição de conhecimentos não desconectados da vida, suscitou novas sensibilidades para conhecer e se inquietar com os problemas urgentes relacionados à preservação do ambiente, levando à análise de questões concretas como: água, lixo, ganância imobiliária, reflorestamento, mobilidade urbana, encostas, manguezal, geração de emprego e renda, principalmente para os jovens egressos das escolas municipais.

Esta pesquisa identificou focos importantes de participação da comunidade nos conselhos de escolas, entretanto urge uma atitude pública do Órgão Gestor MMA/MEC na articulação institucional entre o Programa Nacional de Formação de Educadores Ambientais/MMA e o Programa Nacional de Fortalecimento de Conselhos de Escolas da Secretaria de Educação Básica/MEC que possuem legitimidade para fomentar políticas indutoras e articuladas em EA, nos âmbitos municipais e estaduais.

As recomendações têm como meta a efetivação da Agenda 21 que pode ser traduzida no agir cotidiano em prol da vida na Escola e na Comunidade. Essas ações compõem a pauta da Agenda da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável que são iniciativas da ONU, na perspectiva do incremento de uma Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis.

REFERÊNCIAS

- Barbier, R. (1985). *A pesquisa-ação instituição na educativa*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Brasil. (1988). *Constituição [da] República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal.
- Brasil. (1993). *A democratização do ensino em 15 municípios brasileiros*. Documento Síntese. CENPEC/UNICEF/MEC.
- Brasil. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília/DF, 1996.
- Brasil. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. *Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências*. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília/DF, 1999.
- Brasil. (2006). *Ministério do Meio Ambiente & Ministério da Educação. Programa Nacional de Formação de Educadores Ambientais*. Série Documentos Técnicos nº 8. Brasília.
- Brasil. (2006). *Programa Nacional de Formação de Educadores Ambientais - PROFEA. Por um Brasil educado ambientalmente para a sustentabilidade*. Documento técnico n. 8. Brasília: Ministério do Meio Ambiente/PNEA.
- Brasil. (2007). *Formando Com-Vida, Construindo Agenda 21 na Escola*. Brasília: MMA-MEC.
- Brasil. (2007). *Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola*. Ministério de Educação/CCEA, Ministério de Meio Ambiente/DEA: UNESCO.
- Freire, P. (1976). *Pedagogia do oprimido*. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____. (2007). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 36ª ed. São Paulo. Paz e Terra.
- Godinho, M. J. F., Ferracioli, L. (2006). *Soluções mundialmente aplicáveis: Iniciativas Locais em Educação em Ciência e Tecnologia de Vitória*. Universiti Sains Malaysia Penang. Malásia.
- Gramsci, A. (1979). *Os intelectuais e a organização da cultura*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Lefébrve, H. (1993). *Lógica formal e lógica dialética*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

-
- Layrargues, P. P. (2009). *Educação ambiental com compromisso social: o desafio da superação das desigualdades*. In: Repensar a educação ambiental um olhar crítico. São Paulo: Cortez.
- Lobino, M. G. F. (, 1997). *Projeto alternativo para o ensino de ciências no 1º grau. Atividades desenvolvidas nas escolas da PMV, no período de 1990 e 1995*. Vitória: LEACIM/CCE/UFES.
- Lobino, M. G. F. (1999). Influências liberal/pragmatistas na educação brasileira: uma análise histórico-filosófica. *Pró-Discente, UFES, Vitória*, v. 5, n. 3, p. 32-51, set./dez.
- _____. (2002). *Influências dos diferentes saberes e concepções na práxis ambiental docente:/limites e possibilidades*. Dissertação de Mestrado em Educação. PPG/UFES. Vitória.
- _____. (2004). *Plantando conhecimento, colhendo cidadania: Plantas Medicinais uma experiência transdisciplinar*. 2 Ed. Bios. Vitória.
- _____. (2007). *A práxis ambiental educativa: diálogo entre diferentes saberes*. Vitória: Ediufes.
- _____. (2010) *A gestão democrática como ponto de partida para a formação de eco-educadores para sociedades sustentáveis*. Tese (Doutorado em Ciências da Educação) –UAA/JUAÉN.
- Loureiro, C. F. B. (org.). (2009). *Educação ambiental no contexto de medidas mitigadoras e compensatórias de impactos ambientais: a perspectiva do licenciamento*. Salvador: Instituto do Meio Ambiente.
- _____. & COSSÍO, M. F. B. (2007). *Um olhar sobre a educação ambiental nas escolas: considerações iniciais sobre os resultados do projeto “O que dizem as escolas que dizem que fazem educação ambiental”*. In: Vamos cuidar do Brasil. Conceitos e práticas em Educação Ambiental na escola. MEC/CGE-MMA/DEA: UNESCO.
- Morin, E. (2000). *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. Brasília: UNESCO.
- Paro, V. H. (1997). *Gestão democrática da escola pública*. São Paulo: Ática.
- _____. (2001). *Escritos sobre Educação*. São Paulo: Xamã.
- Pineau, G. (2005). *Tornar todos saberes acessíveis para todos em toda parte*. IHU-online. Revista Instituto Humanistas. São Leopoldo. UNISINOS. agost.
- Quintas. J. S. (2002ª). *Introdução à Gestão Ambiental Pública*. Brasília: IBMA.
- Prefeitura Municipal De Vitória. (2008). *Projeto Político Pedagógico do Coletivo Educador Ambiental de Vitória*. Conselho Popular de Vitória.

- Secretaria de Educação e Meio Ambiente. Produção Coletiva.
- Reigota, M. (1995). *Meio ambiente e representação social*. São Paulo: Cortez.
- Santos, B. de Souza. (1995). *América Latina bipolar: os movimentos se movem*. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=15061>
- Santos, M. & Silveira, M. L. (2000). *Brasil: territorialidade e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro. Record.
- Saviani, D. (1987). *Tendências e correntes da Educação brasileira*. In: Filosofia da Educação Brasileira. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira.
- Tozoni-Reis, M. F. C. (2007). *Pesquisa-ação*. In: Encontros e caminhos: formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores. Brasília: Brasília: Ministério do Meio ambiente/Diretoria de Educação Ambiental.